



Declaração Transatlântica:

ACABAR COM A DISCRIMINAÇÃO de Israel na ONU

Nós, legisladores de ambos os lados do Atlântico e de todo o espectro partidário, apelamos aos Estados-Membros da UE e às democracias parceiras no sentido de ajudarem a acabar com a discriminação sistemática de Israel na ONU.

Para referir apenas alguns exemplos: Em 2020, a Assembleia Geral da ONU adotou 17 resoluções unilaterais contra Israel e apenas seis resoluções mencionando seis dos outros 192 Estados Membros da ONU por violações dos direitos humanos. O Conselho dos Direitos Humanos da ONU visa apenas um estado – Israel – com um ponto separado e autónomo na agenda (n.º 7), ao mesmo tempo que as violações dos direitos humanos em todos os outros países são consideradas ao abrigo de um ponto de agenda único (n.º 4). Atualmente, 21% das resoluções aprovadas pelo Conselho de Direitos Humanos incidem apenas em Israel. Em setembro passado, o Conselho Económico e Social da ONU condenou Israel isoladamente entre as nações por alegadamente violar os direitos das mulheres.

No contexto de um crescente antissemitismo global, a condenação permanente, desproporcionada e ritualística, na ONU, do único Estado judaico do mundo é particularmente perigosa e há que lhe pôr termo. Israel merece atenção e escrutínio, tal como qualquer outra nação. Mas também merece igualdade de tratamento – nem mais, nem menos.

Como fortes apoiantes de uma ordem internacional assente em regras, reaceamos que esta duplicidade de critérios em relação a Israel também prejudique a própria ONU. Ao violar os seus próprios Objetivos e Princípios, que obrigam a organização a “desenvolver relações de amizade entre as nações” e ao “princípio da igualdade soberana de todos os seus Membros”, a ONU está a prejudicar a sua credibilidade e a perder apoio junto do público. Além disso, ao despender um total de tempo excessivo com Israel, a ONU está a desviar recursos escassos e a atenção de crises internacionais urgentes. Como afirmou Heiko Maas, Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, em 2019:

“Israel continua, até hoje, a ser denunciado, tratado de forma preconceituosa e marginalizado indevidamente nos órgãos da ONU. Este estado de coisas é doloroso e insatisfatório e, designadamente, porque a ONU está no cerne da ordem multilateral e assente em regras e é vital para a segurança e a paz internacionais.”

Assim sendo, apelamos aos Estados-Membros da UE e às democracias parceiras a que:

- Votem contra o número excessivo de resoluções contra Israel na Assembleia Geral e noutros órgãos da ONU. Uma tal oposição concertada por parte de estados membros democráticos retiraria legitimidade infundada às resoluções discriminatórias.
- Trabalhem no sentido de reformar o Conselho dos Direitos Humanos da ONU e de abolir o seu Ponto 7 da Agenda, que foi criado para censurar e estigmatizar Israel.
- Envidem esforços no sentido de acabar com comités e programas discriminatórios da ONU no seio do sistema desta organização, que têm como mandato específico promover uma agenda anti-Israel, servindo apenas para prejudicar as perspetivas de paz no quadro de uma solução negociada de dois estados.

Conforme declarou o falecido Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, tanto Israel como as Nações Unidas “surgiram das cinzas do Holocausto”. A comunidade transatlântica de democracias tem, pois, um dever sagrado de assegurar que o sistema da ONU deixará de ser indevidamente utilizado para vilipendiar de forma constante o Estado judaico e, ao fazê-lo, prejudicar a própria entidade mundial e os seus valores universais.